

Como conseguir recursos para cobrir o déficit público?

O ministro do Planejamento, João Sayad, confirmou ontem que o déficit público este ano poderá chegar a Cr\$ 53 trilhões, e que apenas os cortes das despesas do governo não serão suficientes para cobri-lo. Sayad informou que a elevação da carga tributária, uma das maneiras que o governo teria para cobrir este déficit, além dos cortes de despesas, está sendo atentamente analisada. Entretanto, ele acha que a aplicação da medida é extremamente difícil, pelo menos a curto prazo.

Outras formas de cobrir o déficit são aumento da base monetária (emissão primária de moeda), captação de novos recursos externos, e a venda de títulos públicos. Técnicos da Seplan diziam ontem que todas estas possibilidades precisam ser bem analisadas antes de serem aplicadas, pois poderiam afetar as metas principais da área econômica do governo: a contenção da inflação e o controle da dívida externa.

De qualquer forma, os técnicos afirmaram que já foi um progresso muito grande a conclusão do levantamento que levou ao conhecimento do montante do déficit público, tarefa na qual Sayad estava mergulhado desde o começo do novo governo. O ministro inclusive informou que foi utilizado um critério muito simples para chegar ao número de Cr\$ 53 trilhões. "Utilizamos o conceito de caixa, comparan-

do as previsões de arrecadação e despesas do governo para 1985."

Dívida externa

O presidente e o diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, e Sérgio de Freitas, encontram sérias dificuldades, em Washington, para negociar novos financiamentos do Banco Mundial a projetos agrícolas brasileiros ou concluir operações já em tramitação, em razão da postura do novo governo de rejeitar a continuidade das imposições do organismo e do Fundo Monetário Internacional na formulação e na execução das políticas agrícola, bancária e de comércio exterior do País.

Memorando do Banco Mundial mostra que, para a concessão de financiamento de US\$ 350 milhões, o organismo quer interferir em todo o processo de produção e comercialização agrícola, o que foi considerado inaceitável pelo ministro da Agricultura Pedro Simon.

O banco condiciona o empréstimo à liberação do comércio exterior, implantação da reforma bancária, elevação dos juros do crédito rural e redução das aplicações rurais obrigatórias. E alertou para a falta de credibilidade das estatísticas sobre a produção agrícola brasileira. O atual governo não tem condições políticas de aceitar uma intromissão estrangeira deste nível na condução da economia e incumbiu o Banco Central de tentar a renegociação em outros termos.